

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telefático ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjo

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Governar não é distribuir bofetadas

A insensibilidade da equipe econômica do governo diante das dificuldades pelas quais a economia vem passando fez muitos empresários e economistas pensarem que o objetivo final do plano de estabilização econômica, descrito no dia 15 de março pelo presidente Fernando Collor de Mello como um combate sem trêguas à inflação, passara a ser "recessão a qualquer preço". Efeito colateral inevitável mas indesejável — e por isso mesmo combatido — dos programas antiinflacionários, a recessão, no discurso da ministra Zélia Cardoso de Mello e de seus principais auxiliares, transformara-se em meta.

Até ontem alheia ao que mostravam os números, a ministra, ao menos, já reconhece que "teremos uma conjuntura de turbulência" pela frente e, para permitir que a economia possa atravessá-la sem grandes perdas, nos próximos dias anunciará medidas "de apoio às empresas". A forma como esse apoio será dado, no entanto, indica que a ministra não é mesmo muito sensível. O governo está identificando, entre as empresas brasileiras, as mais modernas e competitivas no mercado mundial e aquelas mais atrasadas. As primeiras direcionará o crédito oficial, as compras do Estado e a preferência dos pagamentos das dívidas das empresas estatais. As outras, segundo ela, "tenderão a sucumbir".

O primeiro ponto escandaloso desta declaração de Zélia está no fato de que, para o governo, pagar dívidas deixou de ser obrigação, para tornar-se favor. Quando algum credor do setor público conseguir receber pelos serviços que prestou ou pelo material que forneceu, estará tendo um privilégio que só os mais eficientes merecem. Aos demais, os "ineficientes", o governo, que não tem eficiência para ser capaz de pagar as dívidas que contrai, dá, olímpicamente, o calote e a condenação a "sucumbir".

O segundo ponto escandaloso decorre de uma constatação feita recentemente pela própria autora da frase: quantas empresas brasileiras são competitivas em termos internacionais? A própria ministra, nas suas freqüentes críticas ao empresariado, afirma que são muito poucas. "Menos de 10% das empresas brasileiras estão operando em níveis de classe mundial em quaisquer dos indicadores de desempenho", constatou o especialista em planejamento estratégico empresarial John H. Sequeira, num estudo encomendado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil e pela Fiesp.

Mas a que se pode atribuir essa constatação da pesquisa? Ao desleixo e à ganância dos nossos empresários, como quer fazer crer a senhora ministra? Ou às leis de informática que nos têm sido impostas lá de onde está a ministra acusadora, vedando ao empresário brasileiro o acesso à grande ferramenta da modernidade? Ou às reservas e proteções de mer-

cado que vêm daquelas mesmas alturas? Ou ao sistema de educação falido, sucateado por um Estado que usa o dinheiro público de um modo impensável em qualquer país que tenha polícia, é que baixa, cada vez mais, o nível do nosso material humano? Ou a um sistema de transporte e de portos que é o mais caro do mundo porque foi concebido para dar votos e não para resolver problemas? Ou a um sistema tributário que pune o lucro e asfixia o investimento?

Quem, afinal, é o pai de toda esta "ineficiência": a ganância dos empresários ou o fato de eles viverem e trabalharem num país em que, em 101 anos de República, foram baixados 125 mil decretos do Executivo (mais de três por dia, contando todos os sábados, domingos e feriados deste século e um dia!), cada um deles modificando as regras do jogo, confiscando poupanças ou mudando a moeda nacional?

O leitor já terá escolhido o seu culpado. No entanto, o que importa, agora, não é sair caçando culpados mas sim definir o que fazer para recuperar o terreno perdido. Um dos efeitos mais perniciosos da instabilidade política e da incerteza econômica definidas pelos comportamentos acima descritos é o baixo nível de investimentos feitos ultimamente na economia nacional. E, como se sabe, os investimentos maciços são o único remédio infalível para os males que resultaram para a nossa economia da desastrosa gestão da nossa política.

Ora, se há uma coisa de que mesmo os principiantes podem ter certeza é de que o terrorismo verbal e as bravatas de toda a sorte são o mais eficaz dos espantalhos para os investimentos. Tanto os dos nossos empresários nacionais quanto, especialmente, os dos empresários de fora deste país, muito menos esolados no esporte nacional de engolir desaforos.

O presidente Collor tem descoberto, a duras penas, que governar não é distribuir bofetadas. É bom que transmita a lição à sua ministra, antes que seja tarde demais. Afinal, quando a ministra que controla todo o crédito no Brasil diz que só dará apoio — isto é, só pagará dívidas, fará encomendas ou concederá crédito — às empresas "modernas e competitivas", está condenando a "sucumbir" 90% do parque industrial brasileiro.

Ainda que não lhe permitam fazê-lo, como recomenda o simples bom senso, uma declaração como esta na boca da ministra da economia de um país mergulhado na pior recessão de sua história é suficiente para fazer refluir qualquer intenção de investimento... e para desacreditar qualquer ministério da Economia.

Como o governo está descobrindo, a continuação das reformas passa pela revisão da Constituição. É esta depende do pacto nacional. Não é com bofetadas como esta que se irá consegui-lo.